

A EDUCAÇÃO FREIREANA NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO DO CURRÍCULO NA EJA À LUZ DA BNCC

FREIREAN EDUCATION IN CONTEMPORANEITY: A STUDY OF CURRICULUM IN EJA IN THE LIGHT OF BNCC

EDUCACIÓN FREIREA EN LA CONTEMPORANEIDAD: UN ESTUDIO DEL CURRÍCULO EN EJA A LA LUZ DEL BNCC

Deyse Queirós Santos ⁱ

Denise Queirós Santos ⁱⁱ

Alcides Alves de Souza Filho ⁱⁱⁱ

Resumo: O artigo aborda a educação freireana na contemporaneidade na perspectiva de analisar os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no currículo voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tornando-se desafio para professores e gestores de Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino da Bahia nos municípios de Salvador e Bom Jesus da Lapa. No global, objetivou analisar a BNCC enquanto Política Pública propositiva à universalização de direitos e acesso ao conhecimento, bem como os impactos educacionais e reflexos sobre a formação continuada do professor da EJA. No específico os objetivos foram: refletir sobre a possível reformulação do currículo na EJA; entender como contemplar as práticas pedagógicas a luz freireana em atendimento ao novo documento; Identificar as perspectivas na adequação dos materiais didáticos. Adotada a abordagem qualitativa com a técnica da pesquisa documental e contribuições de entrevistas dos sujeitos pesquisados. Os resultados apontam uma dissonância entre a Base Nacional Comum Curricular e os professores e gestores das instituições de ensino desta modalidade.

Abstract: This article deals with contemporary Freireana education in the perspective of analyzing the impacts of the National Curricular Common Base (BNCC) in the curriculum focused on the Education of Young People and Adults (EJA), becoming a challenge for teachers and managers of School Units of the State Network of Teaching of Bahia in the municipalities of Salvador and Bom Jesus da Lapa. In the global, the objective was to analyze the BNCC as Public Policy proposing to the universalization of rights and access to knowledge, as well as the educational impacts and reflexes on the continued formation of the teacher of the EJA. Specifically, the objectives were: to reflect on the possible reformulation of the curriculum in the EJA; understand how to contemplate pedagogical practices the Freireana light in response to the new document; Identify the perspectives on the adequacy of didactic materials. Adopted the qualitative approach with the technique of documentary research and contributions of interviews of the subjects surveyed. The results indicate a dissonance between the National Curricular Common Base and the teachers and managers of the teaching institutions of this modality.

Resumen: El artículo aborda la educación de Freire en el mundo contemporáneo para analizar los impactos de la Base Curricular Común Nacional (BNCC) en el plan de estudios enfocado en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), convirtiéndose en un desafío para los maestros y gerentes de Unidades Escolares en el Red de Educación del Estado de Bahía en los municipios de Salvador y Bom Jesus da Lapa. En general, su objetivo era analizar BNCC como una política pública que proponía la universalización de los derechos y el acceso al conocimiento, así como los impactos educativos y las reflexiones sobre la educación continua de los docentes de EJA. Específicamente, los objetivos fueron: reflexionar sobre la posible reformulación del currículo en EJA; entender cómo contemplar prácticas pedagógicas a la luz de Freire en respuesta al nuevo documento; Identificar perspectivas sobre la adecuación de los materiales didáticos. El enfoque cualitativo se adoptó con la técnica de investigación documental y contribuciones de entrevistas de los sujetos investigados. Los resultados apuntan a una disonancia entre el Currículo Nacional de Base Común y los maestros y gerentes de instituciones educativas de esta modalidad.

Palavras Chave: Currículo da EJA; Educação Freireana; BNCC.

Keywords: EJA curriculum; Freireana Education; BNCC.

Palabras clave: Currículum EJA; Educación freireana; BNCC.

INTRODUÇÃO

Os caminhos que conduziram ao processo de redemocratização do país põs a noção de currículo sob o conceito de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mesmo que afirmem que a Base não é currículo! . Na terceira versão da BNCC, a afirmação do Ministério da Educação (MEC), é de que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) “está incluída na educação regular e, como tal, foi considerada no conjunto dos direitos de aprendizagem de todos” e as especificidades de EJA devem ser discutidas relativamente aos pormenores de currículo. Diante de uma proposta de currículo nacional imposta pelo ministério da educação, surgem inquietações que buscam desvelar as seguintes questões: da forma como estão sendo construídos os caminhos da Base Nacional Comum Curricular, existe lugar para a educação freireana na escola? Como se dará a formação de professores e quais efeitos produzidos pela política pública nos caminhos da educação?

Seguindo o entendimento de autores como Cury; Reis; Zanardi (2018) ao analisarem a nova BNCC, objetivamos: analisar a BNCC enquanto política pública propositiva à universalização de direitos e acesso ao conhecimento acumulado e à qualidade da educação que se realiza pela distribuição igualitária e isonômica desses conhecimentos na EJA.

Em reforço a discussão especificamente sobre a amplitude da proposta da BNCC buscou-se: verificar o nível de entendimento em detrimento da educação libertadora preconizada por Freire; destacar a visão da política na formação dos professores; e por fim, refletir os impactos produzidos pela política pública nos caminhos da educação.

Com as discussões relativas à criação da BNCC, que fora mencionada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96 no artigo 38, a Educação de Jovens e Adultos volta a fazer parte dos itens em discussão.

No primeiro momento, na primeira e segunda versão da BNCC oriundas do debate nacional, houve algum foco específico em EJA, como percebemos ao analisar o documento e, verificando assim, a existência de itens e tópicos em que a modalidade é referenciada, incluída e debatida. Entretanto, as versões finais suprimem o olhar mais detalhado e específico em relação a EJA.

Visitando MEC (2018), percebemos as preocupações explicitadas por Maria Helena Guimarães (secretária executiva do MEC) e Guiomar Namó de Melo (Diretora da escola

Brasileira de Professores), para que este segmento não seja “estigmatizado” em relação ao ensino regular. Nesse sentido, ressaltam que a BNCC está na agenda da política educacional, mas não é de hoje que o currículo é objeto de disputas. Muitas reformas educacionais colocaram o currículo no cerne das discussões, uma vez que a escola tem como um de seus pilares a constituição de conhecimentos e de valores e, sendo assim, não há como fugir de centralizar o currículo como constituinte de ambiência escolar como um todo.

A diferença para esta nova nomenclatura, se deve a clara indicação no ordenamento jurídico de que estas disputas não possam mais ficar restritas aos círculos governamentais, por mais fundadas que sejam. Para um melhor entendimento do advento da BNCC, devemos levar em conta o posicionamento do MEC (2013), referindo como um documento normativo basilar ao conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais para o desenvolvimento do aluno, ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Portanto, trata-se de um documento voltado a orientar os princípios éticos, políticos e estéticos visando a formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), BRASIL (2013).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 210, a LDB 9.394/96, art. 26, e o Plano Nacional de Educação (PNE), já vislumbravam um documento que abarcasse os objetivos educacionais resultantes das similitudes entre classes antagônicas e, nesse sentido, vai de encontro à proposta de regulação do Estado que excluiu do texto referente a EJA, sujeitos importantes e participes da história do país, quais sejam: mulheres, ribeirinhos, extrativistas, trabalhadores do campo, indígenas, caminhoneiros e pantaneiros que, de modo específico, estão apresentados na BNCC.

O objetivo global deste trabalho foi: analisar a BNCC enquanto Política Pública propositiva à universalização de direitos e acesso ao conhecimento, bem como os impactos educacionais e reflexos sobre a formação continuada do professor da EJA. Buscando ampliar o campo de discussão inerente a Educação freireana na contemporaneidade numa abordagem ao estudo do currículo na EJA, adotamos os objetivos específicos a seguir: refletir sobre a possível reformulação do currículo na EJA; entender como contemplar as práticas pedagógicas a luz freireana em atendimento ao novo documento; Identificar as perspectivas na adequação dos materiais didáticos.

A relevância deste artigo está em reconhecer os impactos que essa política pública representa para o público assistido pela EJA, em particular os sujeitos do lócus da pesquisa, bem como as contribuições para melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem na medida em que, buscaremos sinalizar os caminhos percorridos entre Matemática na EJA e o tema transversal Educação Financeira que esta contemplada na BNCC e, frente a esses aspectos, corroborando a imperiosa necessidade de compreensão da BNCC no contexto da EJA.

A motivação para esse estudo partiu da nossa inquietação enquanto pesquisadores em entender os processos contidos na BNCC, tornando uma busca pertinente para elucidar elementos influenciadores da prática pedagógica, na melhoria da formação docente e consequentemente na produção do conhecimento frente ao público assistido pela EJA.

Nesse sentido, é oportuno lembrar que o acesso ao conhecimento é um direito garantido por lei, como se observa no artigo 4º da LDBEN, assegurando ao estudante do ensino público com padrões mínimos de qualidade contemplando todo o processo ensino/aprendizagem.

Essa garantia também se encontra muito bem definida na Constituição Federal (BRASIL, 1988), ao afirmar o Estado tem o dever com a educação efetivando a garantia de ensino obrigatório e gratuito para todos, inclusive assegurando esse direito para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA

Transitamos sobre a tipologia de pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e, de acordo com Minayo (2006, p. 22),

A pesquisa qualitativa é ideal para o desenvolvimento de estudos que visam investigar o significado e a intencionalidade inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas.

Na análise elaborada a partir da citação supra, a pesquisa qualitativa vem calhar no processo que possibilita investigar mudanças imbricadas na aplicação de política pública, nesse caso a BNCC, e suas relações nos diversos espaços e construções humanas. Ainda, sobre a adoção da tipologia de pesquisa qualitativa, “enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (GODOY, 1995, p. 21).

Apesar da possibilidade de alguns olhares de estranheza quando utilizada a pesquisa documental, ainda assim, adotamos essa técnica de pesquisa no sentido de responder as questões de problema que instigaram a realização desse estudo e, a princípio buscar elucidar os impactos da BNCC no currículo da EJA quando se pensa uma educação libertadora defendida por Freire.

Enquanto técnica de pesquisa adotada, “a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas” (GODOY, 1995, p. 21). Sendo assim, buscamos confrontar documentos em busca do que de novo se apresenta na nova versão da BNCC diante da necessidade de um modelo inovador de educação nos parâmetros apresentados na perspectiva freireana.

Segundo Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa documental acontece da mesma forma que nos moldes da pesquisa bibliográfica, muito semelhante na utilização de fontes, constituídas de material já elaborado, basicamente livros e artigos científicos, ampliando para outros materiais sem tratamento analítico (tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, dentre outros) que estiverem disponíveis em bibliotecas e arquivos.

Nesse sentido, não podemos esquecer que os documentos constituem-se numa fonte inesgotável de dados, até porque, diante da impossibilidade do contado direto do pesquisador com o sujeito da pesquisa e confrontar o seu pensamento – uma entrevista com Freire, por exemplo – com o que preconiza a nova BNCC, sendo assim, seguimos o caminho da análise dos dados através dos documentos e fazer esse confronto. Por essa razão, os documentos se apresentam como os instrumentos de pesquisa utilizados nesse estudo.

SENTIDO DA BASE COMUM CURRICULAR

A BNCC, seria o instrumento para qualificar a educação através de uma educação através de uma identidade de conhecimentos que seja proporcionada a todos os estudantes e nele estão inclusos os da modalidade EJA, apesar de não constar capítulo próprio. Este documento serviria para superar as desigualdades evidentes em nosso sistema educacional (CURY, 2018, p. 61). Os entusiastas pela BNCC entendem que uma das mazelas da educação brasileira a ser superada é a ausência de um conteúdo básico e comum em todo o país.

Em maio de 2015, a fundação Lemann notória entusiasta pela BNCC, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOPE), realizaram um levantamento em que os professores da rede publicam do Brasil se posicionaram majoritariamente a favorável ao estabelecimento de uma Base Nacional Comum Curricular Nacional. De acordo com a pesquisa divulgada pela Fundação Lemann,

[...] 82% dos professores entrevistados concordaram totalmente ou em parte que os 'currículos de todas as escolas dos professores das escolas de todo o Brasil deve ter uma base comum' e que 93 concordam totalmente ou em parte que 'saber o que é esperado que os alunos aprendam a cada ano escolar facilita o trabalho do professor (2015, p. 62).

Percebemos que é uma afirmação desesperadora, que há necessidade de um currículo que sirva de base para que os professores saibam o que se esperar que os alunos aprendam em cada ciclo de aprendizagem. É impossível entender a Base sem observar o cenário educacional do momento e o desenhado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que reconhecidamente influência políticas educacionais brasileiras, como atesta a própria BNCC em seu texto (MEC, 2018).

A OCDE exerce importante papel na elaboração de discursos que estejam de acordo com os seus interesses privatistas (San Tomé, 2003, p.19) que concordam com a perspectiva exclusivamente meritocrática de educação e deixam de lado as questões de fundo sobre as desigualdades socioeconômicas. Ainda, nesse contexto, a OCDE traz uma pressão externa e internacional para as políticas unificadoras do currículo escolar, internamente emergiram na última década movimentos empresariais capitaneados por organizações privadas dedicadas a uma educação de qualidade designados como "Reformadores Empresariais".

No sentido dessas políticas unificadoras não podemos deixar de mencionar o nosso entendimento de que há uma demanda de desigualdades socioeconômicas emergentes que requerem a construção de um modelo educacional, pautado não somente nas exigências dos organismos multilaterais, mas na formatação dos currículos escolares concomitantes a elaboração e aplicação de políticas educacionais direcionadas às necessidades pontuais mercadológicas e sociais.

A EXISTÊNCIA HUMANA E A PROPOSTA TRANSFORMADORA EM FREIRE

Inferindo que a BNCC se localiza na lógica do capital e traz consigo uma determinação curricular tecnicista, individualista e meritocrática que culpa os sujeitos pela qualidade da educação e considerando que em sua última versão demonstra uma visão mais

conservadora do sistema governo vigente. Essa visão caracteriza-se por ser normativa e prescritiva das competências e supostos direitos de aprendizagens que, por conseguinte trará consequências para os professores do ensino público e da Educação Básica.

A história da EJA tem como principal referência Paulo Freire e como assevera (PAULA, 2011 p. 69),

A mudança da concepção tradicional de educação para a da concepção crítica e progressista reconhece neste educador o 'divisor de águas, que fez com que toda história da EJA tomasse rumos diversos do até então vivido. Podemos considerar que existe uma EJA antes de Paulo Freire, uma educação dita bancária', cuja visão conteudista compensatória que atua na perspectiva de recuperar o tempo perdido, e uma EJA depois de Paulo Freire, baseada numa educação humanizadora, que parte da centralidade dos sujeitos e de suas experiências e trajetórias de vida.

A EJA guarda uma história de lutas avanços e recuos pela representatividade da luta pela educação e diferentes direitos fundamentais a existência humana, saúde, educação, trabalho moradia, alimentação segurança, terra etc.

Nesse sentido, faz-se necessário buscar alternativas que proporcionem articular esta proposta curricular, com vivências experiências e problematizações necessárias a transformação social e ao desvelamento das causas das desigualdades sociais. As contribuições de Paulo Freire para a problematização em relação aos saberes e aos conhecimentos estão elencadas na Pedagogia do Oprimido (1968) com os seus temas geradores, conteúdos programáticos e ações dialógicas influenciadoras nas teorias curriculares. "A concepção de Freire sobre o conhecimento valoriza a realidade concreta dos sujeitos, como referência para uma construção dialógica com os conhecimentos científicos tratados por Paulo Freire como conhecimento padrão" (CURY, 2018, p. 120).

Portanto, entender a BNCC sob o olhar de Paulo Freire, é rejeitar que a escola e os educadores sejam tábulas rasas e continuarão sendo reprodutores de conhecimentos habilidades e competências. Para Freire:

A concepção e a prática "bancárias, imobilistas, fixistas", terminam por desconhecer os homens como seres históricos, a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isto mesmo é que reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabamentos, inconclusos, em uma realidade que, sendo histórica, também é igualmente inacabada (FREIRE, 2005, p. 83).

Essa lógica bancária trazida por Freire (2005) cabe em um trabalho que utiliza a BNCC, em que o professor é visto como o especialista que transmite o mundo do seu

ponto de vista e é através dele que o aluno conhece o mundo. Para Freire, uma percepção libertadora de currículo se desenvolve na relação Eu – Tu, mediada pelo mundo.

Também se compreende a prática pedagógica docente, infelizmente ainda recorrente, que emprega com jovens e adultos a mesma metodologia utilizada com crianças, segundo Branco (2007). De acordo com autor supracitado essa modalidade carece de uma política séria de formação do professor, e na contramão dessa realidade, apontamos como imprescindíveis à transformação e para a luta dos movimentos sociais. Segundo Arroyo (2001), a história da EJA, se fortalece no âmbito das lutas sociais, seja pela crítica que os movimentos são capazes de fazer, seja pela dinâmica educativa intrínseca desses processos. Diante disso, percebe-se que os movimentos populares educam para a cidadania, igualdade social, sustentabilidade, educam a si mesmo e ao Estado.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta seção discutiremos os dados e informações obtidos das entrevistas que foram realizadas com professores e gestores, fazendo um contraponto e análise à luz do referencial teórico utilizado neste artigo. Dando início, buscamos saber dos entrevistados o tempo em atividade com a EJA e, 75% dos entrevistados afirmaram trabalhar com essa modalidade há mais de 11 anos, o que demonstra conhecimentos dessa modalidade de ensino e, portanto, já entender a necessidade do currículo ideal e compatível com a vida que leva os alunos da EJA.

Em relação ao questionamento sobre o seu entendimento tangente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na EJA, 50% da amostra concordou que a Base não atende as especificidades da escola e dos sujeitos envolvidos, porque não considera a realidade, o processo educacional e a formação do professor. Já 50% dos entrevistados afirmaram que a BNCC engessa o sistema educacional.

Em relação a concordar com a proposta de educação libertadora de Paulo Freire, todos os entrevistados foram categóricos em afirmar que sim, concordam. Quando inqueridos sobre acredita na política proposta na BNCC, 50% acreditaram que sim se tiverem flexibilidade para adequar a realidade dos alunos da EJA. Outros 25% dos entrevistados afirmaram que não, “na minha visão não traz avanços educacionais, pois serve como limitador” (P1 e G3).

Solicitadas as opiniões concordando ou não com a proposta da nova BNCC em relação às ações educacionais, a formação continuada do professor e as necessidades dos estudantes da EJA, 50% dos entrevistados concordão parcialmente e o restante, 50% respondeu que não. Foram emblemáticas algumas afirmações:

“Não conheço em profundidade o teor dessa nova BNCC, dizem que está em processo de elaboração, ou seja, me parece que é algo ainda não definitivo, é como se fosse uma dessas experiências que pode não dar certo, acredito que tem uma boa intencionalidade, mas prefiro não acreditar ou mesmo concordar” (G1);

“Não acredito nessa proposta na base curricular da BNCC. Acredito em um currículo com bases na Filosofia, Sociologia para um embasamento na ciência, isso visto no primeiro momento. Como acreditar se elaborada sem base no debate junto a comunidade escolar?” (P2);

“Acho que deva haver uma flexibilidade nessa nova BNCC, até porque é preciso para poder atender as especificidades dos sujeitos da EJA, valorizando suas experiências e abraçando as suas realidades, inclusive atendendo o mundo do trabalho” (G2);

“A meu ver ela orienta, mas deixa de contemplar especificidades de histórias, culturas, saberes dos sujeitos da EJA, por isso concordo parcialmente” (P6);

Dizer que eles fizeram algo pensando nos professores é uma utopia, nos somos cobrados muito e de tudo, mas quando se fala de preparação e formação há uma amnésia dos governantes na política pública (P5);

“Apesar de ampliar o processo educacional, assim acredito, não favorece a educação de jovens e adultos, ainda mais com essa proposta de escola sem partido. Na escola da EJA tem que se discutir política sim até porque não dá pra pensar no aluno da EJA sem pensar no sujeito que sofre o processo de segregação educacional, social e política” (G5) e por semelhança no posicionamento (G8).

A nosso ver o “não conhecer”, o “não acreditar”, o “acho que” demonstram uma descrença e uma dúvida quanto aos resultados finais de uma política educacional que não foi concebida de forma democrática e segura o que aumenta o entendimento frágil das questões relacionadas entre a EJA e a BNCC, gerando significativos conflitos tanto no campo da práxis pedagógica, quanto na condução dos processos formativos. Desta forma, percebe-se que há concepções distintas entre a efetividade da BNCC em relação ao currículo da Educação de Jovens e Adultos abarcando a concepção freireana.

O objetivo deste estudo foi estabelecer uma discussão BNCC, EJA e Educação Freireana, que ora não se esgota. Entretanto, vimos à necessidade de trazer para o campo de discussão os sentimentos de atores da EJA manifestados nas entrevistas, corroborando uma análise mais verticalizada a respeito dos impactos da BNCC na educação libertadora freireana e no currículo da EJA, abarcando aspectos pedagógicos e políticas públicas no âmbito da realidade nas escolas da EJA, dando sustentação aos referenciais freireano, avançando no sentido de instituir mais um ponto balizador de lutas dos excluídos e invisibilizados na luta política e social por garantir a equidade e qualidade da educação de pessoas jovens, adultas e idosas na Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do pressuposto de que o pensamento libertador de Paulo Freire, paradigma para o campo da educação, oferece suporte para o entendimento e compreensão da Educação de Jovens e Adultos. Entretanto com o advento da nova BNCC não contemplando o currículo da EJA e a preocupação com a formação continuada dos professores torna mais difícil pensar a manutenção de uma modalidade de ensino que tem por objetivo fincar uma política de equidade educacional e social.

Diante das reflexões estabelecidas a partir das manifestações dos professores e gestores de escolas da EJA mostrou que ainda há uma resistência na inserção de uma Base Nacional Comum Curricular que emerge de uma política de governo que favorece o regime capitalista, e que o maior prejudicado desta falta de consonância é o sujeito da EJA e que o respeito integral aos direitos de todas as pessoas para que possam ser atores de uma sociedade livre e que não corrobora com o pensamento de Freire sobre educação libertadora.

No momento atual de expectativa por conta da mudança de governo, que esboça uma política de descaso com a EJA, com o esfacelamento de uma concepção voltada para atender os excluídos da educação formal, colocando todos em alerta quanto ao futuro dessa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão.** Alfabetização e Cidadania: Revista de educação de jovens e adultos, v.11,p.9-20 2011.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 de Outubro 1988.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/.htm> Acesso em 20 nov.2018.
- BRASIL. **Lei n.9394, de 20 de Dezembro de 1996.** Diário oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF 23 de Dezembro 1996.Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394> Acesso em 20/11/2018.
- BRANCO, V.**A sala de aula na educação de jovens e adultos.** Curitiba: Editora da UFPR, 2007.v.29
- CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos :prática pedagógica e fortalecimento da cidadania.**São Paulo:Cortez,2012.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas** São Paulo: Cortez, 2018.
- FREIRE, Paulo(1968). **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais.** São Paulo: *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 20-29, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PAULA, Claudia Regina de. **Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida.** Curitiba: Ibpex, 2011.

SILVA, Aínda Maria Monteiro. **Escola Pública e Construção da Cidadania: possibilidade e Limites.** Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2000.

Recebido em 20 mar 2019.

Publicado em 01 jun 2020.

ⁱ Mestranda do Programa Profissional da Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia. Professora UNEB Campus XVII, Bom Jesus da Lapa-Ba. Membro dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica, do(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.(NEA) Contextos e cognição na Educação de Jovens e Adultos - CCEJA, do(a) Universidade do Estado da Bahia.

ⁱⁱ Universidade do Estado da Bahia.

ⁱⁱⁱ Mestrando do Programa em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor da Rede Pública Estadual do Estado da Bahia. E-mail: alcisofilho@hotmail.com